



**COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 242/2024**  
**PROCESSO SES 25579/2024**

Site: [www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/](http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/)  
[www.portaldecompras.sc.gov.br/](http://www.portaldecompras.sc.gov.br/)  
Email: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)  
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8911

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

**OBJETO: Contratação de serviços de Laboratório Especializado para realizar controle interno da qualidade em amostras de Análise de alimentos** (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos), análises microbiológicas, para as Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde (SES), conforme especificações constantes do Anexo I.

**Cadastro de proposta eletrônica e envio de lances: até 14h00min. do dia 03/04/2024.**

**1 - PARTICIPAÇÃO:**

**1.1 - Cadastro simplificado:**

**1.1.1 -** A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção “Não tenho cadastro”.

**1.1.2 -** A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <[https://youtu.be/MtILX39\\_ryg](https://youtu.be/MtILX39_ryg)>

**2 - PROPOSTA ELETRÔNICA**

**2.1 -** A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

**2.1.1 -** A critério da Administração o prazo para recebimento de propostas, poderá ser prorrogado.

**2.1.2 -** As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgAR0Rs>>

**2.1.3 -** Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

**2.1.4 - Proposta readequada:**

**2.1.4.1 -** Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

**2.2 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

**2.2.1 -** **A PROPOSTA** não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa**;

**2.2.2 -** **A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias**;

**2.2.3 -** A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**2.2.4** - Deverá estar discriminado o valor unitário por amostra de alimentos, bem como, valor mensal de cada item, o preço global deverá contemplar o valor total do Lote;

**2.2.5** - A proposta on-line, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

**2.2.6** - A proposta de preços com base na especificação do edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Central de Fornecedores, que contém obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico.

### **2.3 – Qualificação - Técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):**

**2.3.1 - Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária cal (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior publicação em Diário Oficial do Estado ou Município) acompanhada do protocolo de validação (cópia autenticada em cartório), desde que o mesmo tenha sido requerido nos primeiros 120 (cento e vinte) dias do presente exercício;

**2.3.2** - Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

**2.3.3** - Comprovação de aptidão para desempenho de atividades similares de complexidade cronológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio a apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Execução de no mínimo 50% do quantitativo total das análises microbiológicas de alimentos pelo período mínimo de experiência de 12 meses; que constituem a parcela de maior relevância.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

**2.3.4** - Outras exigências de qualificação técnica: Comprovar que possui, no mínimo, 01 (um), responsável técnico habilitado para função, devidamente registrado no seu respectivo conselho profissional na data de apresentação da proposta, podendo o mesmo ser um profissional empregado da empresa ou profissional sócio, diretor ou proprietário;

**2.3.5** - A contratada deverá atender o disposto nas Resoluções da Anvisa específicas para análises de alimentos e água e suas atualizações.

### **3 – PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO:**

**3.1 - Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:**

**3.1.1** - Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00, por item, participação exclusiva para ME/EPP;

**3.1.2** - Valor referencial superior a R\$ 80.000,00, por item, não é admitida a aplicação de cotas para ME/EP, prerrogativa quando se tratar de licitações para contratação de serviços ou obras.

**3.2 - Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** Facultativo A proponente deverá agendar a vistoria junto a Gerência ou Diretoria da unidade, pelo telefone da unidade (Item 12.3). A vistoria será realizada em dias úteis, em horário previamente agendado.

**3.2.1** - Fica definido como período de vistoria: a data de publicação deste edital até a data anterior à marcada para abertura;

**3.2.2** - Durante a vistoria, a proponente tomará conhecimento das condições dos equipamentos relacionados no item 9.12.;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



**3.2.3 -** A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na Contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não-realização de vistoria. Os modelos de atestado de vistoria e modelo de declaração de não-realização de vistoria encontram-se no Anexo II (do Termo de Referência).

**3.3 - Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

**3.4 - Subcontratação:** Não será admitida.

**3.5 - Do agrupamento de itens em lotes:** Sim.

Justificativa: Em se tratando de prestação de serviço de unidades hospitalares de localidades próximas ou pertencentes na mesma região, a contratação se dará por menor preço GLOBAL do lote, de acordo com a região da unidade hospitalar.

#### **4 – HABILITAÇÃO:**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **4.1 - Habilitação Jurídica:**

**4.1.1 -** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força e lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**4.1.2 -** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**4.1.3 -** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**4.1.4 -** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório e seus administradores;

**3.1.5 -** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**3.1.6 -** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**3.1.7 -** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### **4.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

**4.2.1 -** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**4.2.2 -** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**4.2.3** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**4.2.4** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**4.2.5** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**4.2.6** - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**4.3 – Qualificação Econômico-Financeira (Art. 18º, Inc. Ix, Da Lei 14.133/2021):** verificar se o atendimento do objeto será na íntegra solicita-se:

**4.3.1** - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede o licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na litação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou e sociedade simples;

**4.3.2** - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**4.3.3** - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis os 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de. % [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **5 – DAS OBRIGAÇÕES:**

### **5.1 – Obrigações da contratada**

#### **Obriga-se a empresa vencedora:**

**5.1.1** - Previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

**5.1.2** - Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

**5.1.3** - Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

**5.1.4** - Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: [https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-viportal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-viportal-externo/)).

**5.1.5** - Possuir, durante toda a vigência do contrato, Registro atualizado no Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho como empresa fornecedora;

**5.1.6** - Gerenciar a área de suprimentos, financeira, satisfação dos clientes e desenvolvimento dos seus Recursos Humanos;

**5.1.7** - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**5.1.8** - Apresentar à **CONTRATANTE**, quando exigido, comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que prestam ou tenham prestado serviços à **CONTRATANTE**, por força deste contrato;

**5.1.9** - Os veículos de transportes utilizados pela **CONTRATADA** para prestação do serviço objeto do presente contrato devem ser adequados às exigências da legislação vigente;

**5.1.10** - A **CONTRATADA** ficará responsável pela idoneidade moral e técnica dos seus funcionários, respondendo por todo e quaisquer danos ou falhas que os mesmos venham a ocasionar no desempenho de suas funções;

**5.1.11** - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, indicada no preâmbulo deste termo;

**5.1.12** - Cumprir as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução do contrato;

**5.1.13** - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização da **CONTRATANTE** em seu acompanhamento;

**5.1.14** - Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;

**5.1.15** - Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre a execução do contrato;

**5.1.16** - Manter equipamentos e utensílios necessários à execução do contrato, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade necessária à boa execução dos trabalhos, inclusive os cedidos à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**;

**5.1.17** - A **CONTRATADA** será responsável pela análise microbiológica de Fórmulas Infantis Reconstituídas, Fórmulas Enterais e água, das Unidade Hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

**5.1.18** - Devendo realizar as análise em laboratório, dotado de condições totais a suprir a necessidade das solicitações, de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a entrega dos resultados e disponibilizados por meio digital. A **CONTRATADA** deve manter pessoal qualificado para todas as etapas de prestação do serviço.

**5.1.19** - A **CONTRATADA** deverá prever esquemas de trabalho alternativos ou plano de contingência para situações emergenciais como falta de água, energia elétrica, vapor, alagamentos, quebra de equipamento, greves, etc., de forma a não prejudicar a prestação do serviço;

**5.1.20** - A **CONTRATADA** deverá manter pessoal qualificado e capacitado, em quantidade compatível com o serviço prestado.

**5.1.21** - A **CONTRATADA** deverá manter quadro completo de pessoal, diariamente, considerando folgas, licenças médicas, faltas, férias, demissões e greves de forma a não ocasionar transtorno ao serviço;

**5.1.22** - A **CONTRATADA** deverá fornecer uniforme a todos os seus funcionários e fiscalizar para que se apresentem com aspecto adequado, limpos, unhas aparadas, cabelos protegidos, barbeados e devidamente identificados. Os uniformes de todo o pessoal em serviço serão fornecidos pela

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**CONTRATADA.** Não será permitida a permanência no local de trabalho de funcionários que não estejam devidamente uniformizados, apresentando boas condições de higiene e devidamente identificados.

**5.1.23 - A CONTRATADA** deverá ter pessoal qualificado para manipular amostras de alimentos com Curso de Manipulador de Alimentos conforme exige a RDC 216 de 15/09/04, reconhecido pela entidade fiscalizadora (VISA Municipal ou Estadual). Antes de iniciar os trabalhos a **CONTRATADA** deverá apresentar as referidas qualificações de seus funcionários aos Gestores do Contrato;

**5.1.24 -** Os funcionários substitutos ou admitidos durante a vigência do contrato deverão, da mesma forma, apresentar o atestado médico e certificado de curso de manipulador de alimentos que os habilita a manipular alimentos.

**5.1.25 - A CONTRATADA** deverá providenciar, anualmente, a atualização dos exames para emissão de novos atestados médicos.

**5.1.26 - A CONTRATADA** deverá respeitar e fazer respeitar as normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo ao seu pessoal os EPIs (equipamentos de proteção individual) e EPCs (equipamentos de proteção coletiva) apropriados e necessários;

**5.1.27 - A CONTRATADA** será responsável por todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação de seus empregados;

**5.1.28 - A CONTRATADA** será responsável por todo e qualquer dano causado por seus funcionários, devendo haver a imediata reparação ou indenização dos mesmos, quando couber.

**5.1.29 -** Os empregados a serviço da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a Secretaria de Estado da Saúde (SES);

**5.1.30 - A CONTRATADA** deverá respeitar e fazer respeitar as normas de higiene, conforme determina a Legislação Sanitária vigente.

**5.1.31 -** O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

**5.1.32 - A CONTRATADA** deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre as refeições/serviços, discriminando o tipo de análise, quantitativo, valor unitário e total, além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação e do Processo PSES.

**5.1.33 - A CONTRATADA** deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos seguintes:

**5.1.34 -** Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual demonstrando sua regularidade;

**5.1.35 -** Guia de Recolhimento do INSS.

## **5.2 – Obrigações da contratante**

### **Obriga-se a Administração/Contratante:**

**5.2.1 -** Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

**5.2.2 -** Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na Dispensa de licitação e no Contrato;

**5.2.3 -** Promover o acompanhamento e a fiscalização a prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

**5.2.4 -** Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**5.2.5 -** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

**5.2.6 -** Prestar à **CONTRATADA** informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

**5.2.7 -** Demais condições constantes do edital de licitação;

**5.2.8 -** Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços. Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.



**5.2.9** - Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da **CONTRATADA**, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da **CONTRATADA** e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

**5.2.10** - Prestar aos empregados da **CONTRATADA** informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

**5.2.11** - Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.

**5.2.12** - Supervisionar rotineiramente a observância das normas de segurança e higiene do trabalho;

**5.2.13** - Notificar a empresa por escrito sobre defeitos e irregularidade ou falhas constatadas na execução dos serviços, fixando prazos para as devidas correções.

## **6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

### **6.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:**

**6.1.1** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

**6.1.2** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;

**6.1.3** - Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;

**6.1.4** - Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;

**6.1.5** - Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

**6.1.6** - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;

**6.1.7** - Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

**6.1.8** - O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;

**6.1.9** - Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;

**6.1.10** - Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

**6.1.11** - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

**6.1.12** - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;

**6.1.13** - Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;

**6.1.14** - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

**6.1.15** - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

**6.1.16** - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;

**6.1.17** - Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

**6.1.18** - Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

**6.1.19** - Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

**6.1.20** - A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

**6.1.21 - Gestor do Contrato:**

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
MCD	975165-3-01	Gilberto Marçal Seemann	(48) 3251-7500 / mcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	386649-1-02	Sandro Dolinski	(47) 3461-5500 / geradhrhds@saude.sc.gov.br
HRSJ	375618-03-1	Daywson Pauli Koerich	(48) 3664-9620 / hrsjsaude.sc.gov.br
HGCR	0716983-3-01	Michel Maximiano Faraco	(48) 3664-3600 / hcrsaude.sc.gov.br
IPQ	318062-0-02	Paulo Márcio Souza	(48) 3954-2000 / ipqsaude.sc.gov.br
HIJG	360231-1-01	Levy Hermes Rau	(48) 3664-3140 / hijgsaude.sc.gov.br
MDV	0645935-8-02	Newton Cesar Tonato	(47) 3481-1305 / geradmdvs@saude.sc.gov.br
HNR	960976-8-01	Renata Zomer de Albemaz	(48) 3665-9401 / hnr@saude.sc.gov.br
HDWC	673039-6-03	Giseli Venturi	(47) 3357-6607 / hdwc@saude.sc.gov.br
MDCK	700928-3-02	Jeferson Lopes	(47) 3647-0610 / mdcksaude.sc.gov.br

**6.2 – Ao fiscal do contrato/ata caberá:**

**6.2.1** - Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

**6.2.2** - Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

**6.2.3** - Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

**6.2.4** - Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

**6.2.5** - Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

**6.2.6** - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;

**6.2.7** - Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

**6.2.8** - Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

**6.2.9** - Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;

**6.2.10** - Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;

**6.2.11** - Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;

**6.2.12** - Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;

**6.2.13** - Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;

**6.2.14** - Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

**6.2.15** - Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

**6.2.16** - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

**6.2.17** - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;

**6.2.18** - Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

**6.2.19** - Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

**6.2.20** - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

**6.2.21** - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

**6.2.22** - Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

**6.2.23** - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

**6.2.24** - A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

**6.2.25** - Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência

**6.2.26 - Fiscal do Contrato:**

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
MCD	968600-2-01	Carolina Collaço Linhares	(48) 3251-7500 / nutricaomcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	956295-8-01	Ana Luiza Pfutzenreuter Nunes	(47) 3483-3156 / nutricaohrlds@saude.sc.gov.br

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC

HRSJ	671943-01-0	Daniele da Silva Hermes	(48) 3664-9676 / hermesds@saude.sc.gov.br
HGCR	997890-9-04	Caroline Chaves de Carvalho	(48) 3664-3600 / hgcrnd@saude.sc.gov.br
IPQ	980333-5-01	Alessandra Rauba Conte	(48) 3664-3467 / nutricaoipq@gmail.com
HIJG	963090-02-2	Mirelle Sifroni Farias	(48) 3664-9040 / hijgnutricao@gmail.com
MDV	375421-9-03	Liana Melissa Chaves	(47) 3481-0145 / nutricaoomdv@saude.sc.gov.br
HNR	963345-6-01	Helen Lentz / Isabela Cristina Borsoi Simas	(48) 3665-9441 / 3665-9442 / nutricaonereuramos@gmail.com
HDWC	360139-0-01	Franciane Piccoli	(47) 3357-6692 / hdwc.nutricao@saude.sc.gov.br
MDCK	691183-8-02	Heidilize Mayer Nader	(47) 3647-0628 / naderhm@saude.sc.gov.br

## 7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

**7.1** - A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

**7.1.1** - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

**7.1.2** - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

**7.2** - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;

**7.3** - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

## 7.4 - DA APLICAÇÃO DO DECRETO N.º 129/SC/2023 I

**I** – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**I.1** - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

**I.2** - Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

**1.3** - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

**1.4** – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

**8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**8.1** - As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.50	1.500.100.000

**9 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023):**

**9.1** - O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

**10 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:**

**10.1** - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

**I** – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

**II** – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

**III** – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

**IV** – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**11 - DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:**

**11.1** - A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a **CONTRATANTE** em situação de violação de tais regras.

**11.2** - A **CONTRATADA** declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A **CONTRATADA** também se compromete a manter o **CONTRATANTE** informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

**11.3** - A **CONTRATADA** somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

**11.4** - A **CONTRATADA** se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo como presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela **CONTRATANTE** sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a **CONTRATADA** de que seus empregados,

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

**11.5** - Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à **CONTRATADA** relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a **CONTRATADA** submeterá esse pedido à apreciação da **CONTRATANTE**, não podendo, sem instruções prévias da **CONTRATANTE**, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a **CONTRATADA** informará imediatamente à **CONTRATANTE** sobre tal pedido e suas decorrências.

**11.6** - A **CONTRATADA** prestará assistência à **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da **CONTRATADA** para que a **CONTRATANTE** cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

**11.7** - Quando solicitada, a **CONTRATADA** fornecerá à **CONTRATANTE**, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da **CONTRATADA** previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

**11.8** - A **CONTRATADA** prestará assistência à **CONTRATANTE** no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da **CONTRATADA** e/ou nos casos em que for necessária a assistência da **CONTRATADA** para que a **CONTRATANTE** cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

**11.9** - A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**11.10** - A **CONTRATADA** indenizará a **CONTRATANTE**, em razão do não cumprimento por parte da **CONTRATADA** das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da **CONTRATANTE** a esse título

## **12 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

**12.1** - Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

**12.1.1** - A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III - foto da fachada da sede da empresa; e

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.





### **13 – PENALIDADES E SANÇÕES**

**13.1** - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**13.1.1** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**13.1.2** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.3** - Dar causa à inexecução total do contrato;

**13.1.4** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**13.1.5** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.6** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.7** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**13.1.8** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**13.1.9** - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.10** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**13.1.10.1** - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**13.1.11** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**13.1.12** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem **13.1.1** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens **13.1.1** a **13.1.12**;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens

**13.1.2** a **13.1.7** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **13.1.8** a **13.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**13.3** - Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.3.1** - A natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.3.2** - As peculiaridades do caso concreto;

**13.3.3** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.3.4** - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**13.3.5** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.5** - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**13.6** - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.7** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

**13.8** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**13.9** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**13.10** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**13.11** - As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

#### **14 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

**14.2** - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

**14.3** - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

**14.4** - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

**14.5** - O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

#### **15 – DO FORO**

**15.1** - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

**Florianópolis, 25 de março de 2024.**

Núcleo de Compra Direta  
Diretoria de Aquisição e Contratos

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ANEXO I  
MEDICAMENTO - ORDEM DE FORNECIMENTO  
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: UNIDADES SES

Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024

RELAÇÃO DE COMPRA Nº: 145/2024 (TOTAL)

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
1	213	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	288	Lote I - Gde Fpolis
2	213	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	384	Lote I - Gde Fpolis
3	213	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles:	Serviço	288	Lote I - Gde Fpolis

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

			<ol style="list-style-type: none"><li>1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;</li><li>2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;</li><li>3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;</li><li>4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;</li><li>5. Listeria monocytogenes – ausente;</li><li>6. Salmonella s – ausente;</li><li>7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;</li><li>8. Yersinia enterocolitica – ausente;</li><li>9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.</li></ol>			
4	213	050035002	<p><b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b></p> <p>A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;</li><li>2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;</li><li>3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;</li><li>4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;</li><li>5. Listeria monocytogenes – ausente;</li><li>6. Salmonella s – ausente;</li><li>7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;</li><li>8. Yersinia enterocolitica – ausente;</li><li>9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.</li></ol>	Serviço	144	Lote I - Gde Fpolis
5	213	050035002	<p><b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b></p> <p>A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;</li><li>2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;</li><li>3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;</li><li>4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;</li><li>5. Listeria monocytogenes – ausente;</li><li>6. Salmonella s – ausente;</li><li>7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;</li><li>8. Yersinia enterocolitica – ausente;</li><li>9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.</li></ol>	Serviço	192	Lote I - Gde Fpolis
6	213	050035002	<p><b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b></p> <p>A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração,</li></ol>	Serviço	144	Lote I - Gde Fpolis

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

			<b>2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;</b> <b>3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;</b> <b>4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;</b> <b>5. Listeria monocytogenes – ausente;</b> <b>6. Salmonella s – ausente;</b> <b>7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;</b> <b>8. Yersinia enterocolitica – ausente;</b> <b>9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.</b>			
<b>7</b>	<b>213</b>	<b>050035002</b>	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: <b>1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;</b> <b>2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;</b> <b>3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;</b> <b>4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;</b> <b>5. Listeria monocytogenes – ausente;</b> <b>6. Salmonella s – ausente;</b> <b>7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;</b> <b>8. Yersinia enterocolitica – ausente;</b> <b>9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.</b>	<b>Serviço</b>	<b>384</b>	<b>Lote II - Norte</b>
<b>8</b>	<b>213</b>	<b>050035002</b>	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: <b>1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;</b> <b>2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;</b> <b>3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;</b> <b>4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;</b> <b>5. Listeria monocytogenes – ausente;</b> <b>6. Salmonella s – ausente;</b> <b>7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;</b> <b>8. Yersinia enterocolitica – ausente;</b> <b>9. Clostridium perfringens – menor que 103 UFC/g.</b>	<b>Serviço</b>	<b>144</b>	<b>Lote II - Norte</b>
<b>9</b>	<b>213</b>	<b>050035002</b>	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula Infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído “in natura” pasteurizado. Deve atender a RDC 503/2021 ou seja devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: <b>1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;</b> <b>2. Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g;</b> <b>3. Coliformes - menor que 3 UFC/g;</b> <b>4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;</b> <b>5. Listeria monocytogenes – ausente;</b>	<b>Serviço</b>	<b>144</b>	<b>Lote II - Norte</b>

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

			6. Salmonella 5 – ausente; 7. Staphylococcus aureus - menor que 3 UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.			
10	213	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes - menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes - ausente; 6. Salmonella s - ausente; 7. Staphylococcus aureus - menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica - ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	144	Lote III - Alto vale do itajaí

## 1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

**1.1** - A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do art. 90, da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

**1.2** - As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas no Anexo IV desta cotação (**Minuta de Contrato**);

**1.3** - Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Unidade	Endereço
MCD	Rua Irmã Benwarda, 208 - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015- 270
HRHDS	Rua Xavier Arp. s/n - Boa Vista – Joinville/SC - CEP: 89227-680
HRSJ	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n -Praia Comprida – São José/SC - CEP: 88013-901
HGCR	Rua Irmã Benwarda, s/n - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015-270
IPQ	Estrada Geral da Colônia Santana, s/n -Colônia Santana – São José/SC - CEP: 88123-000
HIJG	Rua Rui Barbosa, 152 -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
MDV	Rua Miguel Couto, s/n -Centro – Joinville/SC - CEP: 89202-000
HNR	Rua Rui Barbosa, s/n -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
HDWC	Rua Três de Maio, 998 - Centro, Ibirama - SC, 89140-000
MDCK	Rua Brasília Celestino de Oliveira, 209 - Centro, Mafra - SC, 89306-000

## 2 - REQUISITOS DA PROPOSTA (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021):

**2.1** - Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (**item 6 do Termo de Referência**) e as especificações e quantidades do objeto (**item 1.1 do Termo de Referência**);

**2.2** - Atendimento aos critérios de habilitação (**item 7 do Termo de Referência**);

**2.3** - E atendimento as condições de execução do objeto (**item 9 do Termo de Referência**).

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**3 – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (Art. 6º, inc. XXIII, “G” e Art. 40, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021):**

**3.1 – Prazos:**

**3.1.1 - Prazo de início do serviço:**

3.1.1.1 - imediata após assinatura do contrato.

**3.1.2 - Critério de Medição:**

3.1.2.1 - Será pago somente pelo número de amostras analisadas.

**3.1.3 - Prazo de pagamento:**

3.1.3.1 - 30 dias após o recebimento e aceite dos serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente. Observado o cumprimento integral das disposições contidas no contrato.

**3.2 - Do reajuste (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021):**

3.2.1 - Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de duração do contrato, contados a partir da data da proposta.

**4 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021):**

4.1 - O regime de execução do objeto será empreitada por preço unitário;

4.2 - O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 12 meses;

4.2.1 - O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços desta SES, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os custos de realização de uma nova contratação;

4.3 - As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

4.4 - As amostras poderão ser coletadas nas unidades de segunda-feira a sexta-feira no horário da 8h às 12h e das 13h às 17h e encaminhadas pela própria **CONTRATADA** responsável pelos serviços;

Unidade	Endereço
MCD	Rua Irmã Benwarda, 208 - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015- 270
HRHDS	Rua Xavier Arp. s/n - Boa Vista – Joinville/SC - CEP: 89227-680
HRSJ	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n -Praia Comprida – São José/SC - CEP: 88013-901
HGCR	Rua Irmã Benwarda, s/n - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015-270
IPQ	Estrada Geral da Colônia Santana, s/n -Colônia Santana – São José/SC - CEP: 88123-000
HIJG	Rua Rui Barbosa, 152 -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
MDV	Rua Miguel Couto, s/n -Centro – Joinville/SC - CEP: 89202-000
HNR	Rua Rui Barbosa, s/n -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
HDWC	Rua Três de Maio, 998 - Centro, Ibirama - SC, 89140-000
MDCK	Rua Brasília Celestino de Oliveira, 209 - Centro, Mafra - SC, 89306-000

4.5 - O volume amostra deverá ser de 100 ml;

4.6 - As amostras serão entregues a **CONTRATADA**, constando o número da amostra, nome do fabricante, data da preparação e/ou uso, lote quando aplicável e tipo de água utilizada no preparo, sendo que as etiquetas deverão ser disponibilizadas pela **CONTRATADA**;

4.7 - Os certificados dos ensaios serão entregues à **CONTRATANTE** em até cinco dias úteis, contados a partir da entrega das amostras na recepção do laboratório;

4.8 - As amostras deverão ser acondicionadas em caixa térmica refrigerada ou em caixa de isopor com gelo seco, disponibilizadas pela **CONTRATADA**, de maneira que não perca sua eficácia para realização das análises;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

**4.9 - A CONTRATADA** deverá coletar as amostras na **CONTRATANTE**, conforme dias e horários estabelecidos e definidos pelas Unidades Hospitalares, conforme acordo entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

**4.10 - TRANSPORTE DAS AMOSTRAS PARA AS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA:**

**4.10.1 -** O transporte das amostras será realizado, uma vez por semana, por veículo próprio da **CONTRATADA** até as dependências da mesma, conforme dias e horários definidos pela **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA**.

**4.11 - LOCAL E FORMA DE ENTREGA DOS RESULTADOS:**

**4.11.1 -** A **CONTRATADA** deverá entregar os certificados das análises em todas as Unidades Hospitalares, dentro do prazo de 5 dias úteis;

**4.11.2 -** Os certificados de ensaios devem ser disponibilizados via portal na internet (home page), ou através de envio ao e-mail dos hospitais contratantes;

**4.11.3 -** E-mail das unidades:

Unidade	E-mail
MCD	nutricaomcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	nutricaohrhds@gmail.com
HRSJ	nutricaohrsj@saude.sc.gov.br
HGCR	hgcrsnd@saude.gov.br
IPQ	nutricaoipq@gmail.com
HIJG	hijgnutricao@gmail.com
MDV	nutricaohrhds@gmail.com
HNR	nutricaonereuramos@gmail.com
HDWC	hdwc@saude.sc.gov.br
MDCK	mdck@saude.sc.gov.br

**4.12 - A CONTRATADA** deverá atender as seguintes normas legais vigentes:

Legislação que regulamenta os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral é a RDC Nº 503, DE 27 DE MAIO DE 2021:

A NE deve ser submetida aos seguintes controles:

a) inspeção visual para assegurar a integridade física da embalagem e condições organolépticas gerais;

b) verificação da exatidão das informações do rótulo;

c) avaliação microbiológica em amostra representativa das preparações realizadas em uma sessão de manipulação, que deve atender os limites microbiológicos abaixo:

1. Microrganismo aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;

2. Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g;

3. Coliformes - menor que 3 UFC/g;

4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;

5. Listeria monocytogenes – ausente;

6. Salmonella s – ausente;

7. Staphylococcus aureus - menor que 3UFC/g;

8. Yersinia enterocolitica – ausente;

9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.

**4.13 -** Executar os serviços conforme especificações deste TR e de suas propostas com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**4.14 -** Especificação do objeto de acordo com o quadro a seguir, contendo número de análises, unidade, e estimativa de quantidade por unidade.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC

LOTE	UNIDADE	TOTAL ANUAL DE ANÁLISES DE AMOSTRAS E ALIMENTOS	TOTAL DE ANÁLISES POR LOTE
Lote I – Gde Fpolis	MCD	288	1440
	HRSJ	384	
	HGCR	288	
	IPQ	144	
	HIJG	192	
	HNR	144	
Lote II - Norte	HRHDS	384	672
	MDV	144	
	MDCK	144	
Lote III – Alto Vale do Itajaí	HDWC	144	144

**Obs 1: ESPECIFICAÇÕES DOS ENSAIOS, NÚMERO DAS AMOSTRAS** total anual por unidade. A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles:

1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;
2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;
3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;
4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g;
5. Listeria monocytogenes – ausente;
6. Salmonella s – ausente;
7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;
8. Yersinia enterocolitica – ausente;
9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.

**4.15 - A CONTRATADA** deverá possuir laboratório próprio, dotada de condições totais a suprir a necessidade das solicitações, de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a entrega dos resultados e disponibilizados por meio digital. Caso haja necessidade da **CONTRATADA** realizar as atividades da prestação de serviços em outro endereço, devido alguma eventualidade, deverá informar à **CONTRATANTE**, por escrito imediatamente, preferencialmente antes da mudança, para que esta possa realizar a visita técnica ao local em qualquer momento a que se fizer necessário. Se a transferência for imprescindível, antes da visita técnica da **CONTRATANTE**, a fim de que não haja interrupção dos serviços prestados, causando prejuízos graves às atividades, a **CONTRATADA** terá inteira responsabilidade na manutenção da qualidade dos serviços prestados dentro das especificações exigidas pela **CONTRATANTE**;

**4.16 - A CONTRATADA** deverá possuir Alvará de funcionamento e o mesmo deverá ser apresentado na proposta;

**4.17 - Os frascos esterilizados, bem como outros materiais, como tubos de ensaio esterilizados, bandejas para acondicionar os tubos de ensaio para coleta das amostras serão fornecidos pela CONTRATADA;**

**4.18 - As amostras deverão ser coletadas, preparadas, acondicionada em caixa térmica refrigerada ou em caixa de isopor com gelo seco disponibilizados pela CONTRATADA. A CONTRATADA também será responsável pelo transporte das amostras das unidades (CONTRATANTE) até a empresa CONTRATADA, conforme cronograma acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.**

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ANEXO II  
TABELA DE DISTRIBUIÇÃO

Solicitante: MCD - MATERNIDADE CARMELA DUTRA  
Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
1	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite "in natura" pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	24	12	Mensal	288

Endereço para entrega: Rua Irmã Benwarda, 208 - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015- 270.

Solicitante: HRSJ - HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSE  
Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
2	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite "in natura" pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	32	12	Semana 1	384

Endereço para entrega: Rua Adolfo Donato da Silva, s/n - Praia Comprida – São José/SC - CEP: 88013-901.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

**Solicitante: HGCR - HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS**

**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
3	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	24	12	Semanal	288

**Endereço para entrega: Rua Irmã Benwarda, s/n - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015-270.**

**Solicitante: IPQ - INSTITUTO DE PSIQUIATRIA**

**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
4	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	12	12	Mensal	144

**Endereço para entrega: Estrada Geral da Colônia Santana, s/n - Colônia Santana – São José/SC - CEP: 88123-000**

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA**  
**DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC**

**Solicitante: HIJG - HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO**  
**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
5	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	16	12	Mensal	192

**Endereço para entrega: Rua Rui Barbosa, 152 - Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301.**

**Solicitante: HNR - HOSPITAL NEREU RAMOS**  
**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
6	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	12	12	Mensal	144

**Endereço para entrega: Rua Rui Barbosa, s/n - Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301.**

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC

**Solicitante: HRHDS - HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT**  
**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
7	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	32	12	Mensal	384

**Endereço para entrega: Rua Xavier Arp. s/n - Boa Vista – Joinville/SC - CEP: 89227-680.**

**Solicitante: MDV - MATERNIDADE DARCY VARGAS**  
**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
8	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella s – ausente; 7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens – menor que 103 UFC/g.	Serviço	12	12	Mensal	144

**Endereço para entrega: Rua Miguel Couto, s/n -Centro – Joinville/SC - CEP: 89202-000.**

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS - DLIC

**Solicitante: MDCK - MATERNIDADE DONA CATARINA KUSS**  
**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
9	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula Infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído "in natura" pasteurizado. Deve atender a RDC 503/2021 ou seja devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes - menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6. Salmonella 5 – ausente; 7. Staphylococcus aureus - menor que 3 UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	12	12	Mensal	144

**Endereço para entrega: Rua Brasília Celestino de Oliveira, 209 - Centro, Mafra - SC, 89306-000.**

**Solicitante: HDWC - HOSPITAL DOUTOR WALDOMIRO COLAUTTI**  
**Cotação Eletrônica nº: 242/2024 - Protocolo: SES 25579/2024**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
10	050035002	<b>Análise Laboratorial, COLETA Semanal:</b> A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite "in natura" pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1. Microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração; 2. Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes - menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes - ausente; 6. Salmonella s - ausente; 7. Staphylococcus aureus - menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica - ausente; 9. Clostridium perfringens - menor que 103 UFC/g.	Serviço	12	12	Mensal	144

**Endereço para entrega: Rua Três de Maio, 998 - Centro, Ibirama - SC, 89140-000.**

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

PSES: 25579/2024

Atualização: 02/02/2024

**Requisitante**

Maternidade Carmela Dutra (MCD)

Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS)

Hospital Regional Homero de Miranda Gomes (HRSJ)

Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)

Instituto de Psiquiatria (IPQ)

Hospital de Joana Gusmão (HIJG)

Maternidade Darci Vargas (MDV)

Hospital Nereu Ramos (HNR)

Hospital Doutor Waldomiro Colautti (HDWC)

Maternidade Dona Catarina Kuss (MDCK)

## 1.OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021

Contratação de serviços de Laboratório Especializado para realizar controle interno da qualidade em amostras de Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos), análises microbiológicas, para as Unidade Hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde (SES), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

As condições de vigência e prorrogação constam no item 13.

### 1.1. Especificações e quantidades

1.1. Conforme ANEXO I

Unidade	Requisição Análise de Alimentos
MCD	599/2024
HRHDS	674/2024
HRSJ	601/2024
HGCR	616/2024
IPQ	618/2024
HIJG	596/2024
MDV	624/2024
HNR	615/2024
HDWC	571/2024
MDCK	688/2024



ITEM	NOME DA UNIDADE	CÓDIGO CIASC	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UN/TP	Tipo de fornecimento
Lote I						
1	MCD	050035002	Analise Laboratorial  COLETA semanal: A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1.microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração, 2.. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - – menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6.. Salmonella s – ausente; 7. Sthaphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - – menor que 103 UFC/g	288	Serviço/SQ	Mensal
2	HRSJ			384		
3	HGCR			288		
4	IPQ			144		
5	HIJG			192		
6	HNR			144		
Lote II						
7	MDV	050035002	Analise Laboratorial  COLETA semanal: A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1.microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração, 2.. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - – menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6.. Salmonella s – ausente; 7. Sthaphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - – menor que 103 UFC/g	144	Serviço/SQ	Mensal
8	HRHDS			384		
9	MDCK			144		

202

Pág. 29 de 69 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.ses.gov.br/portal-externo> e informe o processo SES 00025579/2024 e o código R84/NV1BV.

Lote III						
10	HDWC	050035002	<p>Analise Laboratorial</p> <p>COLETA semanal: A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite "in natura" pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles: 1.microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração, 2.. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g; 3. Coliformes – menor que 3 UFC/g; 4. Escherichia coli - – menor que 3 UFC/g; 5. Listeria monocytogenes – ausente; 6.. Salmonella s – ausente; 7. Sthaphylococcus aureus – menor que 3UFC/g; 8. Yersinia enterocolitica – ausente; 9. Clostridium perfringens - – menor que 103 UFC/g</p>	144	Serviço/SQ	Mensal

## 1.2 Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº14.133/2021)

**1.2.1.** As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#)

**1.2.2.** Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

## 1.3. Da natureza do objeto (art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2355/2021)

1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado;

1.3.2. Não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

1.3.3. Não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, II, Resolução TCU nº 341/2022, como aquele "de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum".

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, "B" DA LEI Nº14.133/2021)

Conforme informado nos Estudos Técnicos Preliminares, esta aquisição se justifica devido as exigências presentes na RDC nº 503/2021, que dispõe sobre os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral. Para que a unidade esteja em conformidade com a RDC nº 503, de 27 de maio de 2021 e devido ao término do Contrato 282/2018.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 6º, XXIII, “C” e ART. 18º, §1º, VII, DA LEI Nº14.133/2021)

Conforme informado nos Estudos Técnicos Preliminares, considerando o término do contrato 282/2018 em 28/02/2024, e a não finalização do processo de licitação 134738/2023 em tempo hábil e a fim de assegurar a continuidade da prestação de serviço que versa sobre análises microbiológicas de qualidade em amostras de Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos, torna-se indispensável a contratação emergencial com a celeridade que a circunstância exige.

### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº14.133/2021)

- 4.1. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta(item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);
- 4.2. Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);
- 4.3. E atendimento as condições de execução do objeto (item 9.).

### 5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

**5.1. Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:**

- 5.1.1. Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00, por item, participação exclusiva para ME/EPP;
- 5.1.2. Valor referencial superior a R\$ 80.000,00, por item, não é admitida a aplicação de cotas para ME/EP, prerrogativa quando se tratar de licitações para contratação de serviços ou obras.

**5.2. Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** Facultativo

A proponente deverá agendar a vistoria junto a Gerência ou Diretoria da unidade, pelo telefone da unidade (Item 12.3). A vistoria será realizada em dias úteis, em horário previamente agendado.

5.2.1. Fica definido como período de vistoria: a data de publicação deste edital até a data anterior à marcada para abertura;

5.2.2 Durante a vistoria, a proponente tomará conhecimento das condições dos equipamentos relacionados no item 9.12. ;

5.2.3 A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na Contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não-realização de vistoria. Os modelos de atestado de vistoria e modelo de declaração de não-realização de vistoria encontram-se no Anexo II.

**5.3. Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

**5.4. Subcontratação:** Não será admitida.

**5.5. Do agrupamento de itens em lotes:** Sim.

Justificativa: Em se tratando de prestação de serviço de unidades hospitalares de localidades próximas ou pertencentes na mesma região, a contratação se dará por menor preço GLOBAL do lote, de acordo com a região da unidade hospitalar.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

**6.1.** A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado,

**6.2.** Deverá estar discriminado o valor unitário por amostra de alimentos, bem como, valor mensal de cada item, o preço global deverá contemplar o valor total do Lote.

**6.3.** A proposta on-line, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo "VALOR UNITÁRIO DO ITEM";

**6.4.** A proposta de preços com base na especificação do edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Central de Fornecedores, que contém obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico.

## 7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 7.1. Habilitação Jurídica

**7.1.1** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força e lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**7.1.2** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo a Junta Comercial da respectiva sede;

**7.1.3** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**7.1.4** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade entificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório e seus administradores;

**7.1.5** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.1.6** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**7.1.7** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade derivada onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**7.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**7.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)



por elas administrados, inclusive aqueles relativos Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, o Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**7.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**7.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 452, de 1º de maio de 1943;

**7.2.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**7.2.6** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou onora;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021)**, para verificar se o atendimento do objeto será na íntegra solicita-se:

**7.3.1** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede o licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na constituição (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SGP/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**7.3.2** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**7.3.3** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$$
 e Liquidez

$$\text{Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de. %

[até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):**

**7.4.1 Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária cal (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior publicação em Diário Oficial do Estado ou Município) acompanhada do protocolo de validação (cópia autenticada em cartório), desde que o mesmo tenha sido requerido nos primeiros 120 (cento e vinte) dias do presente exercício;

**7.4.2** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

**7.4.3** Comprovação de aptidão para desempenho de atividades similares de complexidade cronológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio a apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Execução de no mínimo 50% do quantitativo total das análises microbiológicas de alimentos pelo período mínimo de experiência de 12 meses; que constituem a parcela de maior relevância.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**7.4.4.** Outras exigências de qualificação técnica: Comprovar que possui, no mínimo, 01 (um) , responsável técnico habilitado para função, devidamente registrado no seu respectivo conselho profissional na data de apresentação da proposta, podendo o mesmo ser um profissional empregado da empresa ou profissional sócio, diretor ou proprietário.

**7.4.5** A contratada deverá atender o disposto nas Resoluções da Anvisa específicas para análises de alimentos e água e suas atualizações.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)**

**8.1.** A forma de seleção se dará por meio de CONTRATAÇÃO DIRETA por DISPENSA DE LICITAÇÃO

**8.2.** O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR LOTE;

**8.3.** Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE.

## **9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 9.1.** O regime de execução do objeto será empreitada por preço unitário;
- 9.2.** O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 12 meses;
- 9.2.1** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços desta SES, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os custos de realização de uma nova contratação;
- 9.3.** As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;
- 9.4.** As amostras poderão ser coletadas nas unidades de segunda-feira a sexta-feira no horário da 8h às 12h e das 13h às 17h e encaminhadas pela própria CONTRATADA responsável pelos serviços;

Unidade	Endereço
MCD	Endereço: Rua Irmã Benwarda, 208 - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015-270
HRHDS	Endereço: Rua Xavier Arp. s/n - Boa Vista – Joinville/SC - CEP: 89227-680
HRSJ	Adolfo Donato da Silva, s/n -Praia Comprida – São José/SC -CEP: 88013-901
HGCR	Rua Irmã Benwarda, s/n - Centro – Florianópolis/SC -CEP: 88015-270
IPQ	Endereço: Estrada Geral da Colônia Santana, s/n -Colônia Santana – São José/SC - CEP: 88123-000
HIJG	Rua Rui Barbosa, 152 -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
MDV	Endereço: Rua Miguel Couto, s/n -Centro – Joinville/SC - CEP: 89202-000
HNR	Rua Rui Barbosa, s/n -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
HDWC	R. Três de Maio, 998 - Centro, Ibirama - SC, 89140-000
MDCK	Rua Brasília Celestino de Oliveira, 209 - Centro, Mafra - SC, 89306-000

- 9.5.** O volume amostra deverá ser de 100 ml;
- 9.6.** As amostras serão entregues a CONTRATADA, constando o número da amostra, nome do fabricante, data da preparação e/ou uso, lote quando aplicável e tipo de água utilizada no preparo, sendo que as etiquetas deverão ser disponibilizadas pela CONTRATADA;
- 9.7.** Os certificados dos ensaios serão entregues à CONTRATANTE em até cinco dias úteis, contados a partir da entrega das amostras na recepção do laboratório;
- 9.8.** As amostras deverão ser acondicionadas em caixa térmica refrigerada ou em caixa de isopor com gelo seco, disponibilizadas pela CONTRATADA, de maneira que não perca sua eficácia para realização das análises;
- 9.9.** A CONTRATADA deverá coletar as amostras na CONTRATANTE, conforme dias e horários estabelecidos e definidos pelas Unidades Hospitalares, conforme acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.
- 9.10. TRANSPORTE DAS AMOSTRAS PARA AS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA**
- 9.10.1** O transporte das amostras será realizado, uma vez por semana, por veículo próprio da CONTRATADA até as dependências da mesma, conforme dias e horários definidos pela CONTRATANTE com a CONTRATADA.
- 9.11. LOCAL E FORMA DE ENTREGA DOS RESULTADOS**
- 9.11.1** A CONTRATADA deverá entregar os certificados das análises em todas as Unidades Hospitalares, dentro do prazo de 5 dias úteis;
- 9.11.2** Os certificados de ensaios devem ser disponibilizados via portal na internet (home page),ou através de envio ao e-mail dos hospitais contratantes.
- 9.11.3** Email das unidades:

Unidade	Email
MCD	nutricaomcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	nutricaohrhds@gmail.com
HRSJ	nutricaohrsj@saude.sc.gov.br
HGCR	hgcrsnd@saude.gov.br
IPQ	nutricaoipq@gmail.com
HIJG	hijgnutricao@gmail.com
MDV	nutricaohrhds@gmail.com
HNR	nutricaonereuramos@gmail.com
HDWC	hdwc@saude.sc.gov.br
MDCK	mdck@saude.sc.gov.br

**9.12** A CONTRATADA deverá atender as seguintes normas legais vigentes:

Legislação que regulamenta os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral é a RDC Nº 503, DE 27 DE MAIO DE 2021:

A NE deve ser submetida aos seguintes controles:

- a) inspeção visual para assegurar a integridade física da embalagem e condições organolépticas gerais.
- b) verificação da exatidão das informações do rótulo,
- c) avaliação microbiológica em amostra representativa das preparações realizadas em uma sessão de manipulação, que deve atender os limites microbiológicos abaixo:

1. **microrganismo aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;**
2. **Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g;**
3. **Coliformes - menor que 3 UFC/g**
4. **Escherichia coli - - menor que 3 UFC/g;**
5. **Listeria monocytogenes - ausente**
6. **Salmonella s - ausente.**
7. **Sthaphylococcus aureus - menor que 3UFC/g**
8. **Yersinia enterocolitica – ausente**
9. **Clostridium perfringens - - menor que 103 UFC/g;**

**9.13** Executar os serviços conforme especificações deste TR e de suas propostas com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

**9.14** Especificação do objeto de acordo com o quadro a seguir, contendo número de análises, unidade, e estimativa de quantidade por unidade.

LOTE	UNIDADE	TOTAL ANUAL DE	Total de
------	---------	----------------	----------



		ANÁLISES de amostras e alimentos	Análises por lote
Lote I - Gde Fpolis	MCD	288	1440
	HRSJ	384	
	HGCR	288	
	IPQ	144	
	HIJG	192	
	HNR	144	
Lote II - Norte	HRHDS	384	672
	MDV	144	
	MDCK	144	
Lote III - Alto vale do itajaí	HDWC	144	144

**Obs 1:** ESPECIFICAÇÕES DOS ENSAIOS, NÚMERO DAS AMOSTRAS total anual por unidade. A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles:

1. microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração,
2. . Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;
3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;
4. Escherichia coli - – menor que 3 UFC/g;
5. Listeria monocytogenes – ausente;
6. . Salmonella s – ausente;
7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;
8. Yersinia enterocolitica – ausente;
9. . Clostridium perfringens - – menor que 103 UFC/g.

**9.15** A CONTRATADA deverá possuir laboratório próprio, dotada de condições totais a suprir a necessidade das solicitações, de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a entrega dos resultados e disponibilizados por meio digital. Caso haja necessidade da CONTRATADA realizar as atividades da prestação de serviços em outro endereço, devido alguma eventualidade, deverá informar à CONTRATANTE, por escrito imediatamente, preferencialmente antes da mudança, para que esta possa realizar a visita técnica ao local em qualquer momento a que se fizer necessário. Se a transferência for imprescindível, antes da visita técnica da CONTRATANTE, a fim de que não haja interrupção dos serviços prestados, causando prejuízos graves às atividades, a CONTRATADA terá inteira responsabilidade na manutenção da qualidade dos serviços prestados dentro das especificações exigidas pela CONTRATANTE;

**9.16** A CONTRATADA deverá possuir Alvará de funcionamento e o mesmo deverá ser apresentado na proposta.

**9.17** Os frascos esterilizados, bem como outros materiais, como tubos de ensaio esterilizados, bandejas para acondicionar os tubos de ensaio para coleta das amostras serão fornecidos pela CONTRATADA.

**9.18** As amostras deverão ser coletadas, preparadas, acondicionada em caixa térmica refrigerada ou em caixa de isopor com gelo seco disponibilizados pela CONTRATADA. A CONTRATADA também será responsável pelo transporte das amostras das unidades (CONTRATANTE) até a empresa

CONTRATADA, conforme cronograma acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

## 10. DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

### 10.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- i) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- j) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- k) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- l) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- m) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- n) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- o) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- p) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- q) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;
- r) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- s) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- t) ) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item

12).

**10.2. Ao fiscal do contrato/ata caberá:**

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- k) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- l) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- m) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- n) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- o) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- p) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- q) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- r) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- s) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- t) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- u) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- v) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- w) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

x) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

y) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone ( item 12).

z) Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

### **10.3 Penalidades e Sanções Contratuais:**

**10.3.1.** As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

**10.3.1.2.** A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

**10.3.1.3.** A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

- Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

- O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

- A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

- A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

**10.3.1.4.** A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

I. por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II. por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

IV. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da



- autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- V. por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- VI. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- VII. por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- VIII. até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

**10.3.1.4.1.** A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA

**10.3.1.4.2.** A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

**10.3.1.5.** A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

**10.3.1.6.** A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

**10.3.1.7.** A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

**10.3.1.8.** As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

**10.3.1.9.** As sanções previstas no edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

**10.3.1.10.** Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

III. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

**10.3.1.12.** As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

**10.3.1.13.** Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

**10.3.1.14.** As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

#### **10.4 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**10.4.1.** A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 137 e acarretar as consequências previstas no artigo 139, pelos motivos previstos nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

**10.4.2.** O Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência da Administração, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

**10.4.3.** O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à CONTRATADA caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

**10.4.4.** Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

**10.4.5.** Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

**10.4.6.** Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

**10.4.7.** A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 137, da Lei 14.133/21, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009

#### **11. DA OBRIGAÇÕES**

- a) previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- b) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- c) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- d) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: [https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/)).
- e) Possuir, durante toda a vigência do contrato, Registro atualizado no Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho como empresa fornecedora;
- f) Gerenciar a área de suprimentos, financeira, satisfação dos clientes e desenvolvimento dos seus Recursos Humanos;
- g) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- h) Apresentar à CONTRATANTE, quando exigido, comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que prestam ou tenham prestado serviços à CONTRATANTE, por força deste contrato;
- i) Os veículos de transportes utilizados pela CONTRATADA para prestação do serviço objeto do

	presente contrato devem ser adequados às exigências da legislação vigente;
j)	A CONTRATADA ficará responsável pela idoneidade moral e técnica dos seus funcionários, respondendo por todo e quaisquer danos ou falhas que os mesmos venham a ocasionar no desempenho de suas funções;
k)	Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, indicada no preâmbulo deste termo;
l)	Cumprir as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução do contrato;
m)	Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento;
n)	Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;
o)	Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre a execução do contrato;
p)	Manter equipamentos e utensílios necessários à execução do contrato, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade necessária à boa execução dos trabalhos, inclusive os cedidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE;
q)	A CONTRATADA será responsável pela análise microbiológica de Fórmulas Infantis Reconstituídas, Fórmulas Enterais e água, das Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde (SES).
r)	Devendo realizar as análises em laboratório, dotado de condições totais a suprir a necessidade das solicitações, de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a entrega dos resultados e disponibilizados por meio digital. A CONTRATADA deve manter pessoal qualificado para todas as etapas de prestação do serviço.
s)	A CONTRATADA deverá prever esquemas de trabalho alternativos ou plano de contingência para situações emergenciais como falta de água, energia elétrica, vapor, alagamentos, quebra de equipamento, greves, etc., de forma a não prejudicar a prestação do serviço;
t)	A CONTRATADA deverá manter pessoal qualificado e capacitado, em quantidade compatível com o serviço prestado.
u)	A CONTRATADA deverá manter quadro completo de pessoal, diariamente, considerando folgas, licenças médicas, faltas, férias, demissões e greves de forma a não ocasionar transtorno ao serviço;
v)	A CONTRATADA deverá fornecer uniforme a todos os seus funcionários e fiscalizar para que se apresentem com aspecto adequado, limpos, unhas aparadas, cabelos protegidos, barbeados e devidamente identificados. Os uniformes de todo o pessoal em serviço serão fornecidos pela CONTRATADA. Não será permitida a permanência no local de trabalho de funcionários que não estejam devidamente uniformizados, apresentando boas condições de higiene e devidamente identificados.
w)	A CONTRATADA deverá ter pessoal qualificado para manipular amostras de alimentos com Curso de Manipulador de Alimentos conforme exige a RDC 216 de 15/09/04, reconhecido pela entidade fiscalizadora (VISA Municipal ou Estadual). Antes de iniciar os trabalhos a CONTRATADA deverá apresentar as referidas qualificações de seus funcionários aos Gestores do Contrato;
x)	Os funcionários substitutos ou admitidos durante a vigência do contrato deverão, da mesma forma, apresentar o atestado médico e certificado de curso de manipulador de alimentos que os habilita a manipular alimentos.
y)	A CONTRATADA deverá providenciar, anualmente, a atualização dos exames para emissão de novos atestados médicos.
z)	A CONTRATADA deverá respeitar e fazer respeitar as normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo ao seu pessoal os EPIs (equipamentos de proteção individual) e EPCs (equipamentos de proteção coletiva) apropriados e necessários;
aa)	A CONTRATADA será responsável por todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação de seus empregados;
bb)	A CONTRATADA será responsável por todo e qualquer dano causado por seus funcionários, devendo haver a imediata reparação ou indenização dos mesmos, quando couber.
cc)	Os empregados a serviço da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a Secretaria de Estado da Saúde (SES);
dd)	A CONTRATADA deverá respeitar e fazer respeitar as normas de higiene, conforme

determina a Legislação Sanitária vigente.

- ee) O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;
- ff) A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre as refeições/serviços, discriminando o tipo de análise, quantitativo, valor unitário e total, além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação e do Processo PSES.
- gg) A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos seguintes:
- hh) Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual demonstrando sua regularidade;
- ii) Guia de Recolhimento do INSS;

## 11.2. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na Dispensa de licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização a prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- f) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- g) Demais condições constantes do edital de licitação.
- h) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços. Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente testados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.
- i) Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.
- j) Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.
- k) Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.
- l) Supervisionar rotineiramente a observância das normas de segurança e higiene do trabalho;
- m) Notificar a empresa por escrito sobre defeitos e irregularidade ou falhas constatadas na execução dos serviços, fixando prazos para as devidas correções;

## 12. DO CONTRATO

12.1. **Instrumento Contratual:** Contrato + Autorização de Fornecimento;

12.2. **Vigência:** O prazo de vigência de contratação é de 12 meses, não prorrogáveis, contados a partir da publicação do Diário Oficial, de acordo com Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso VIII.

12.3. **Gestão e Fiscalização:**

**Gestor:**

Unidade	Gestor	Matrícula	Telefone	Email
MCD	Gilberto Marçal Seemann	975165-3-01	48-3251-7500	mcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	Sandro Dolinski	386649-1-02	47-3461-5500	geradhrhds@saude.sc.gov.br
HRSJ	Daywson Pauli Koerich	375618-03-1	48-3664-9620	hrsjs@saude.sc.gov.br
HGCR	Michel Maximiano Faraco	0716983-3-01	48-3664-3600	hcr@saude.sc.gov.br
IPQ	Paulo Márcio Souza	318.062-0-02	48-3954-2000	ipq@saude.sc.gov.br
HIJG	Lewy Hermes Rau	360231-1-01	36643140	hijg@saude.sc.gov.br
MDV	Newton Cesar Tonato	0645935-8-02	47 3481-1305	geradmdv@saude.sc.gov.br
HNR	Renata Zomer de Albernaz Muniz	960976-8-01	48 3665 9401	hnr@saude.sc.gov.br
HDWC	Giseli Venturi	673.039-6-03	47 3357 6607	hdwc@saude.sc.gov.br
MDCK	Jeferson Lopes	700.928-3-02	47 3647 0610	mdck@saude.sc.gov.br

**Fiscal:**

Fiscal	Matrícula	Telefone	Email
Carolina Collaço Linhares	968600-2-01	48-3251-7500	nutricaoacd@saude.sc.gov.br
Ana Luiza Pfitzenreuter Nunes	956295-8-01	47 34813156	nutricaoohrds@saude.sc.gov.br
Daniele da Silva Hermes	671943-01-0	48-3664-9676	hermesds@saude.sc.gov.br
Caroline Chaves de Carvalho	997.890-9-04	48-3664-3600	hgcrsnd@saude.gov.br
Alessandra Rauba Conte	980333-5-01	48- 36643467	nutricaoipq@gmail.com
Mirelle Sifroni Farias	963090-02-2	48- 36649040	hijgnutricao@gmail.com
Liana Melissa Chaves	375421-9-03	47- 3481-0145	nutricaoomdv@saude.sc.gov.br
Helen Lentz	963345-6-01	48- 36659441/ 36659442	nutricaooneuramos@gmail.com
Isabela Cristina Borsoi Simas	975165-3-01		
Franciane Piccoli	360.139-0-01	47 -3357 6692	hdwc.nutricao@saude.sc.gov.br
Heidilize Mayer Nader	691.183-8-02	47 -3647 0628	naderhm@saude.sc.gov.br

**13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

**13.1.** Prazo de início do serviço: **imediate após assinatura do contrato.**

**13.2.** Critério de Medição: Será pago somente pelo número de amostras analisadas.

**13.3.** Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento e aceite dos serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente. Observado o cumprimento integral das disposições contidas no contrato.

**13.2 Do reajuste (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021):**

**13.2.1** Os preços contratados serão irreajustáveis pelo período de duração do contrato, contados a partir da data da proposta.

**14. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, e ART. 23º e 24º DA LEI Nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)**

Informamos que o valor que consta na requisição corresponde a uma estimativa de preço. A análise de preços completa (Planilha de Pesquisa de Preços) será realizada, posteriormente, pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras - DPGC.



**15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)**

As despesas ocorrerão conforme classificação orçamentária emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento apensado ao processo.

**16. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)**

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO IV).

**17. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO**

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**18. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**18.1.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis à Lei Federal nº 14.133/2021.

**18.2.** Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos.

**18.3.** No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor.

**18.4.** A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

**18.5.** A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato.

**18.6.** O contrato será regido pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e alterações;

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

**19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Janaína da Silva Dal Moro	9955003-03	48-36647855 / nutricaooses@saude.sc.gov.br

**20. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE**

Unidade	Gestor	Matrícula	Telefone	Email
MCD	Gilberto Marçal Seemann	975165-3-01	48-3251-7500	mcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	Sandro Dolinski	386649-1-02	47-3461-5500	geradhrhds@saude.sc.gov.br
HRSJ	Daywson Pauli Koerich	375618-03-1	48-3664-9620	hrs@saude.sc.gov.br
HGCR	Michel Maximiano Faraco	0716983-3-01	48-3664-3600	hcr@saude.sc.gov.br
IPQ	Paulo Márcio Souza	318.062-0-02	48-3954-2000	ipq@saude.sc.gov.br
HIJG	Lewy Hermes Rau	360231-1-01	36643140	hijg@saude.sc.gov.br
MDV	Newton Cesar Tonato	0645935-8-02	47 3481-1305	geradmdv@saude.sc.gov.br
HNR	Renata Zomer de Albernaz Muniz	960976-8-01	48 3665 9401	hnr@saude.sc.gov.br
HDWC	Giseli Venturi	673.039-6-03	47 3357 6607	hdwc@saude.sc.gov.br
MDCK	Jeferson Lopes	700.928-3-02	47 3647 0610	mdck@saude.sc.gov.br

## 21. AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Roberto Henrique Benedetti	256.097.6.02	<a href="mailto:suh@saude.sc.gov.br">suh@saude.sc.gov.br</a> 3664-8903

Data: 06/02/2024

A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

#### ANEXO IV

#### MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**Termo de Contrato de prestação de serviço, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa \_\_\_\_\_, através do PSES nº 25579/2024 - Cotação Eletrônica nº 242/2024, na modalidade de Dispensa de Licitação.**

<b>CONTRATANTE:</b>	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde - FES
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015- 130
Representada por:	

<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

<b>GESTOR:</b>	
Função:	
Unidade:	

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

**1.1 - Constitui objeto do presente a Contratação de serviços de Laboratório Especializado para realizar controle interno da qualidade em amostras de Análise de alimentos** (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos), análises microbiológicas, para as Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde (SES), conforme especificações contidas neste instrumentos, na **Cotação Eletrônica nº 242/2024** e seus anexos e da proposta julgada vencedora.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

**2.1 -** O regime de execução do objeto será empreitada por preço unitário;

**2.2 -** O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 12 meses;

**2.2.1 -** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços desta SES, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os custos de realização de uma nova contratação;

**2.3 -** As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

**2.4 -** As amostras poderão ser coletadas nas unidades de segunda-feira a sexta-feira no horário da 8h às 12h e das 13h às 17h e encaminhadas pela própria **CONTRATADA** responsável pelos serviços;

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Unidade	Endereço
MCD	Rua Irmã Benwarda, 208 - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015- 270
HRHDS	Rua Xavier Arp. s/n - Boa Vista – Joinville/SC - CEP: 89227-680
HRSJ	Rua Adolfo Donato da Silva, s/n -Praia Comprida – São José/SC - CEP: 88013-901
HGCR	Rua Irmã Benwarda, s/n - Centro – Florianópolis/SC - CEP: 88015-270
IPQ	Estrada Geral da Colônia Santana, s/n -Colônia Santana – São José/SC - CEP: 88123-000
HIJG	Rua Rui Barbosa, 152 -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
MDV	Rua Miguel Couto, s/n -Centro – Joinville/SC - CEP: 89202-000
HNR	Rua Rui Barbosa, s/n -Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-301
HDWC	Rua Três de Maio, 998 - Centro, Ibirama - SC, 89140-000
MDCK	Rua Brasília Celestino de Oliveira, 209 - Centro, Mafra - SC, 89306-000

2.5 - O volume amostra deverá ser de 100 ml;

2.6 - As amostras serão entregues a **CONTRATADA**, constando o número da amostra, nome do fabricante, data da preparação e/ou uso, lote quando aplicável e tipo de água utilizada no preparo, sendo que as etiquetas deverão ser disponibilizadas pela **CONTRATADA**;

2.7 - Os certificados dos ensaios serão entregues à **CONTRATANTE** em até cinco dias úteis, contados a partir da entrega das amostras na recepção do laboratório;

2.8 - As amostras deverão ser acondicionadas em caixa térmica refrigerada ou em caixa de isopor com gelo seco, disponibilizadas pela **CONTRATADA**, de maneira que não perca sua eficácia para realização das análises;

2.9 - A **CONTRATADA** deverá coletar as amostras na **CONTRATANTE**, conforme dias e horários estabelecidos e definidos pelas Unidades Hospitalares, conforme acordo entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

**2.10 - TRANSPORTE DAS AMOSTRAS PARA AS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA:**

2.10.1 - O transporte das amostras será realizado, uma vez por semana, por veículo próprio da **CONTRATADA** até as dependências da mesma, conforme dias e horários definidos pela **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA**.

**2.11 - LOCAL E FORMA DE ENTREGA DOS RESULTADOS:**

2.11.1 - A **CONTRATADA** deverá entregar os certificados das análises em todas as Unidades Hospitalares, dentro do prazo de 5 dias úteis;

2.11.2 - Os certificados de ensaios devem ser disponibilizados via portal na internet (home page), ou através de envio ao e-mail dos hospitais contratantes;

2.11.3 - E-mail das unidades:

Unidade	E-mail
MCD	nutricaomcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	nutricaohrhds@gmail.com
HRSJ	nutricaohrsj@saude.sc.gov.br
HGCR	hgcrsnd@saude.gov.br
IPQ	nutricaoipq@gmail.com
HIJG	hijgnutricao@gmail.com
MDV	nutricaohrhds@gmail.com

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

HNR	nutricaonereuramos@gmail.com
HDWC	hdwc@saude.sc.gov.br
MDCK	mdck@saude.sc.gov.br

**2.12 - A CONTRATADA** deverá atender as seguintes normas legais vigentes:

Legislação que regulamenta os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral é a RDC Nº 503, DE 27 DE MAIO DE 2021:

A NE deve ser submetida aos seguintes controles:

- inspeção visual para assegurar a integridade física da embalagem e condições organolépticas gerais;
- verificação da exatidão das informações do rótulo;
- avaliação microbiológica em amostra representativa das preparações realizadas em uma sessão de manipulação, que deve atender os limites microbiológicos abaixo:
  - microrganismo aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;
  - Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g;
  - Coliformes - menor que 3 UFC/g;
  - Escherichia coli - - menor que 3 UFC/g;
  - Listeria monocytogenes – ausente;
  - Salmonella s – ausente;
  - Sthaphylococcus aureus - menor que 3UFC/g;
  - Yersinia enterocolitica – ausente;
  - Clostridium perfringens - - menor que 103 UFC/g.

**2.13 - Executar os serviços** conforme especificações deste TR e de suas propostas com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**2.14 - Especificação do objeto** de acordo com o quadro a seguir, contendo número de análises, unidade, e estimativa de quantidade por unidade.

LOTE	UNIDADE	TOTAL ANUAL DE ANÁLISES DE AMOSTRAS E ALIMENTOS	TOTAL DE ANÁLISES POR LOTE
Lote I – Gde Fpolis	MCD	288	1440
	HRSJ	384	
	HGCR	288	
	IPQ	144	
	HIJG	192	
	HNR	144	
Lote II - Norte	HRHDS	384	672
	MDV	144	
	MDCK	144	
Lote III – Alto Vale do Itajaí	HDWC	144	144

**Obs 1: ESPECIFICAÇÕES DOS ENSAIOS, NÚMERO DAS AMOSTRAS** total anual por unidade. A Análise de alimentos (Fórmula infantil reconstituída, módulo de nutrição para nutrição enteral reconstituído, nutrição enteral em pó reconstituída, leite integral em pó reconstituído, leite “in Red. SES/NUCOM





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

natura” pasteurizado, água utilizada para reconstituir as fórmulas, leite e módulos) deve atender a RDC 503/2021, ou seja, devem ser analisados nove microorganismos de cada amostra, sendo eles:

1. microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração;
2. Bacillus cereus – menor que 103 UFC/g;
3. Coliformes – menor que 3 UFC/g;
4. Escherichia coli - – menor que 3 UFC/g;
5. Listeria monocytogenes – ausente;
6. Salmonella s – ausente;
7. Staphylococcus aureus – menor que 3UFC/g;
8. Yersinia enterocolitica – ausente;
9. Clostridium perfringens - – menor que 103 UFC/g.

**2.15 - A CONTRATADA** deverá possuir laboratório próprio, dotada de condições totais a suprir a necessidade das solicitações, de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a entrega dos resultados e disponibilizados por meio digital. Caso haja necessidade da **CONTRATADA** realizar as atividades da prestação de serviços em outro endereço, devido alguma eventualidade, deverá informar à **CONTRATANTE**, por escrito imediatamente, preferencialmente antes da mudança, para que esta possa realizar a visita técnica ao local em qualquer momento a que se fizer necessário. Se a transferência for imprescindível, antes da visita técnica da **CONTRATANTE**, a fim de que não haja interrupção dos serviços prestados, causando prejuízos graves às atividades, a **CONTRATADA** terá inteira responsabilidade na manutenção da qualidade dos serviços prestados dentro das especificações exigidas pela **CONTRATANTE**;

**2.16 - A CONTRATADA** deverá possuir Alvará de funcionamento e o mesmo deverá ser apresentado na proposta;

**2.17 - Os frascos esterilizados, bem como outros materiais, como tubos de ensaio esterilizados, bandejas para acondicionar os tubos de ensaio para coleta das amostras serão fornecidos pela CONTRATADA;**

**2.18 - As amostras deverão ser coletadas, preparadas, acondicionada em caixa térmica refrigerada ou em caixa de isopor com gelo seco disponibilizados pela CONTRATADA. A CONTRATADA também será responsável pelo transporte das amostras das unidades (CONTRATANTE) até a empresa CONTRATADA, conforme cronograma acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.**

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

**3.1 - A CONTRATADA** obriga-se a **EXECUTAR** o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) no quadro abaixo:

Itens	Grupo/ Classe	Serviços	Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal
01	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
02	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
03	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
04	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
05	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
06	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

07	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
08	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
09	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
10	213	Analise Laboratorial		R\$	R\$
				R\$	R\$
Valor Total Mensal					R\$
Valor Total					R\$

**3.2** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

**3.3** - O valor acima é estimado, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou serviços prestados;

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

**4.1** - A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor estipulado neste instrumento, por intermédio do Banco do Brasil S/A em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação, que deverá ser emitida em nome da **CONTRATANTE**, devendo constar o CNPJ, o número da cotação e do Contrato.

**4.2** - O pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada (Lei Estadual nº 17.516, de 27 de abril de 2018), mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**4.2.1** - A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

**4.3** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

**4.4** - O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

**4.5** - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela **CONTRATANTE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual.

**4.6** - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

**4.7 – Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I**

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

II - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

III - Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4ºda Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

IV - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

V - Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**5.1** - O prazo de vigência da contratação é de **12 meses**, não prorrogáveis, contados a partir da publicação no Diário Oficial, de acordo com Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso VIII.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.50	1.500.100.00

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**7.1** - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**7.2** - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**7.3** - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**7.4** - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**7.5** - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano

Red. SES/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

**7.6 -** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**7.7 - Ao fiscal do contrato, caberá:**

**7.7.1 -** Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

**7.7.2 -** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

**7.7.3 -** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**7.7.4 -** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**7.7.5 -** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

**7.7.6 -** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**7.7.7 -** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**7.7.8 -** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**7.8 - Caberá ao fiscal:**

**7.8.1 -** Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

**7.8.2 -** Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

**7.8.3 -** Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

**7.8.4 -** Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

**7.8.5 -** Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

**7.8.6 -** Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;

**7.8.7 -** Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

**7.8.8 -** Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento,

Red. SES/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

**7.8.9** - Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;

**7.8.10** - Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;

**7.8.11** - Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;

**7.8.12** - Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;

**7.8.13** - Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;

**7.8.14** - Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

**7.8.15** - Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

**7.8.16** - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

**7.8.17** - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;

**7.8.18** - Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

**7.8.19** - Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

**7.8.20** - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

**7.8.21** - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

**7.8.22** - Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

**7.8.23** - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

**7.8.24** - A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

**7.8.25** - Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência

**7.8.26 - Fiscal do Contrato:**

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
MCD	968600-2-01	Carolina Collaço Linhares	(48) 3251-7500 / nutricaomcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	956295-8-01	Ana Luiza Pfitzenreuter Nunes	(47) 3483-3156 / nutricaohrhd@saude.sc.gov.br
HRSJ	671943-01-0	Daniele da Silva Hermes	(48) 3664-9676 / hermesds@saude.sc.gov.br
HGCR	997890-9-04	Caroline Chaves de Carvalho	(48) 3664-3600 / hgcrnd@saude.sc.gov.br
IPQ	980333-5-01	Alessandra Rauba Conte	(48) 3664-3467 / nutricaoipq@gmail.com
HIJG	963090-02-2	Mirelle Sifroni Farias	(48) 3664-9040 / hijgnutricao@gmail.com
MDV	375421-9-03	Liana Melissa Chaves	(47) 3481-0145 / nutricaomdv@saude.sc.gov.br
HNR	963345-6-01	Helen Lentz / Isabela Cristina Borsoi Simas	(48) 3665-9441 / 3665-9442 / nutricaonereuramos@gmail.com
HDWC	360139-0-01	Franciane Piccoli	(47) 3357-6692 / hdwc.nutricao@saude.sc.gov.br
MDCK	691183-8-02	Heidilize Mayer Nader	(47) 3647-0628 /naderhm@saude.sc.gov.br

**7.9 - Ao Gestor do contrato, caberá:**

**7.9.1** - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

**7.9.2** - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**7.9.3** - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**7.9.4** - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**7.9.5** - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

**7.9.6** - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**7.9.7** - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7.10 - Caberá ao gestor:**

**7.10.1** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

**7.10.2** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;

**7.10.3** - Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;

**7.10.4** - Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;

**7.10.5** - Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

**7.10.6** - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;

**7.10.7** - Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

**7.10.8** - O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;

**7.10.9** - Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;

**7.10.10** - Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

**7.10.11** - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

**7.10.12** - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;

**7.10.13** - Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;

**7.10.14** - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

**7.10.15** - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

**7.10.16** - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;

Red. SES/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

**7.10.17** - Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;

**7.10.18** - Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

**7.10.19** - Acompanhar o saldo contratual/registo de preços.

**7.10.20** - A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

**7.10.21 - Gestor do Contrato:**

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
MCD	975165-3-01	Gilberto Marçal Seemann	(48) 3251-7500 / mcd@saude.sc.gov.br
HRHDS	386649-1-02	Sandro Dolinski	(47) 3461-5500 / geradhrhds@saude.sc.gov.br
HRSJ	375618-03-1	Daywson Pauli Koerich	(48) 3664-9620 / hrs@saude.sc.gov.br
HGCR	0716983-3-01	Michel Maximiano Faraco	(48) 3664-3600 / hcr@saude.sc.gov.br
IPQ	318062-0-02	Paulo Márcio Souza	(48) 3954-2000 / ipq@saude.sc.gov.br
HIJG	360231-1-01	Levy Hermes Rau	(48) 3664-3140 / hijg@saude.sc.gov.br
MDV	0645935-8-02	Newton Cesar Tonato	(47) 3481-1305 / geradmdv@saude.sc.gov.br
HNR	960976-8-01	Renata Zomer de Albemaz	(48) 3665-9401 / hnr@saude.sc.gov.br
HDWC	673039-6-03	Giseli Venturi	(47) 3357-6607 / hdwc@saude.sc.gov.br
MDCK	700928-3-02	Jeferson Lopes	(47) 3647-0610 / mdck@saude.sc.gov.br

## CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

**8.1** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

**8.2** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

**8.3** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**8.4** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

**8.5** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

**8.6** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

**8.7** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**8.8** - O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **São obrigações do Contratante:**

**9.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**9.2** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**9.3** - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**9.4** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.5** - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.6** - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**9.7** - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**9.8** - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**9.9** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.10** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado;

**9.11** - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**9.12** - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.13** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**9.14** - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

**9.15** - Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na Dispensa de licitação e no Contrato;

**9.16** - Promover o acompanhamento e a fiscalização a prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

Red. SES/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

- 9.17** - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.18** - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 9.19** - Prestar à **CONTRATADA** informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 9.20** - Demais condições constantes do edital de licitação;
- 9.21** - Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços. Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.
- 9.22** - Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da **CONTRATADA**, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da **CONTRATADA** e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.
- 9.23** - Prestar aos empregados da **CONTRATADA** informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.
- 9.24** - Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.
- 9.25** - Supervisionar rotineiramente a observância das normas de segurança e higiene do trabalho;
- 9.26** - Notificar a empresa por escrito sobre defeitos e irregularidade ou falhas constatadas na execução dos serviços, fixando prazos para as devidas correções.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1** - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2** - Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- 10.2.1** - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.3** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 10.4** - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.5** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Red. SES/NUCOM





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

**10.8** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**10.9** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços.

**10.10** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**10.11** - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.12** - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**10.13** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.14** - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**10.15** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.16** - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**10.17** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**10.18** - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**10.19** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.20** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

**10.21** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

**10.22** - Todas as despesas decorrentes da contratação, os equipamentos necessários à execução dos trabalhos, conforme previstos na proposta da Contratada, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato ficarão exclusivamente a cargo da Contratada, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à Secretaria de Estado da Saúde, pelos mesmos.

**10.23 - Obriga-se a empresa vencedora:**

**10.23.1** - previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

**10.23.2** - Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

**10.23.3** - Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

**10.23.4** - Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: [https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-viportal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-viportal-externo/)).

**10.23.5** - Possuir, durante toda a vigência do contrato, Registro atualizado no Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho como empresa fornecedora;

**10.23.6** - Gerenciar a área de suprimentos, financeira, satisfação dos clientes e desenvolvimento dos seus Recursos Humanos;

**10.23.7** - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**10.23.8** - Apresentar à **CONTRATANTE**, quando exigido, comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que prestam ou tenham prestado serviços à **CONTRATANTE**, por força deste contrato;

**10.23.9** - Os veículos de transportes utilizados pela **CONTRATADA** para prestação do serviço objeto do presente contrato devem ser adequados às exigências da legislação vigente;

**10.23.10** - A **CONTRATADA** ficará responsável pela idoneidade moral e técnica dos seus funcionários, respondendo por todo e quaisquer danos ou falhas que os mesmos venham a ocasionar no desempenho de suas funções;

**10.23.11** - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, indicada no preâmbulo deste termo;

**10.23.12** - Cumprir as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução do contrato;

**10.23.13** - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização da **CONTRATANTE** em seu acompanhamento;

**10.23.14** - Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que

Red. SES/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

verificar na execução do contrato;

**10.23.15** - Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre a execução do contrato;

**10.23.16** - Manter equipamentos e utensílios necessários à execução do contrato, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade necessária à boa execução dos trabalhos, inclusive os cedidos à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**;

**10.23.17** - A **CONTRATADA** será responsável pela análise microbiológica de Fórmulas Infantis Reconstituídas, Fórmulas Enterais e água, das Unidade Hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

**10.23.18** - Devendo realizar as análise em laboratório, dotado de condições totais a suprir a necessidade das solicitações, de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a entrega dos resultados e disponibilizados por meio digital. A **CONTRATADA** deve manter pessoal qualificado para todas as etapas de prestação do serviço.

**10.23.19** - A **CONTRATADA** deverá prever esquemas de trabalho alternativos ou plano de contingência para situações emergenciais como falta de água, energia elétrica, vapor, alagamentos, quebra de equipamento, greves, etc., de forma a não prejudicar a prestação do serviço;

**10.23.20** - A **CONTRATADA** deverá manter pessoal qualificado e capacitado, em quantidade compatível com o serviço prestado.

**10.23.21** - A **CONTRATADA** deverá manter quadro completo de pessoal, diariamente, considerando folgas, licenças médicas, faltas, férias, demissões e greves de forma a não ocasionar transtorno ao serviço;

**10.23.22** - A **CONTRATADA** deverá fornecer uniforme a todos os seus funcionários e fiscalizar para que se apresentem com aspecto adequado, limpos, unhas aparadas, cabelos protegidos, barbeados e devidamente identificados. Os uniformes de todo o pessoal em serviço serão fornecidos pela **CONTRATADA**. Não será permitida a permanência no local de trabalho de funcionários que não estejam devidamente uniformizados, apresentando boas condições de higiene e devidamente identificados.

**10.23.23** - A **CONTRATADA** deverá ter pessoal qualificado para manipular amostras de alimentos com Curso de Manipulador de Alimentos conforme exige a RDC 216 de 15/09/04, reconhecido pela entidade fiscalizadora (VISA Municipal ou Estadual). Antes de iniciar os trabalhos a **CONTRATADA** deverá apresentar as referidas qualificações de seus funcionários aos Gestores do Contrato;

**10.23.24** - Os funcionários substitutos ou admitidos durante a vigência do contrato deverão, da mesma forma, apresentar o atestado médico e certificado de curso de manipulador de alimentos que os habilita a manipular alimentos.

**10.23.25** - A **CONTRATADA** deverá providenciar, anualmente, a atualização dos exames para emissão de novos atestados médicos.

**10.23.26** - A **CONTRATADA** deverá respeitar e fazer respeitar as normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo ao seu pessoal os EPIs (equipamentos de proteção individual) e EPCs (equipamentos de proteção coletiva) apropriados e necessários;

**10.23.27** - A **CONTRATADA** será responsável por todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação de seus empregados;

**10.23.28** - A **CONTRATADA** será responsável por todo e qualquer dano causado por seus funcionários, devendo haver a imediata reparação ou indenização dos mesmos, quando couber.

**10.23.29** - Os empregados a serviço da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a Secretaria de Estado da Saúde (SES);

**10.23.30** - A **CONTRATADA** deverá respeitar e fazer respeitar as normas de higiene, conforme determina a Legislação Sanitária vigente.

Red. SES/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

**10.23.31** - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

**10.23.32** - A **CONTRATADA** deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre as refeições/serviços, discriminando o tipo de análise, quantitativo, valor unitário e total, além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação e do Processo PSES.

**10.23.33** - A **CONTRATADA** deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos seguintes:

**10.23.34** - Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual demonstrando sua regularidade;

**10.23.35** - Guia de Recolhimento do INSS.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** - Não haverá exigência de garantia contratual da execução;

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

**12.1** - Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**12.2** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**13.1** - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

**13.2** - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

**13.3** - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

**13.4** - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

**13.5** - Em caso de contratação decorrente de procedimento licitatório.

**13.6** - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 104, da Lei 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1** - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.2** - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.1** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.3.1** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.4** - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.4.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Red. SES/NUCOM





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

**14.4.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3** - Indenizações e multas.

**14.5** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

**15.1** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**15.2** - O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, após sua assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

**16.1** - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**16.1.1** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**16.1.2** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**16.1.3** - Dar causa à inexecução total do contrato;

**16.1.4** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**16.1.5** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**16.1.6** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**16.1.7** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**16.1.8** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**16.1.9** - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**16.1.10** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**16.1.10.1** - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**16.1.11** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**16.1.12** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2** - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem **16.1.1** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens **16.1.1 a 16.1.12**;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens **16.1.2 a 16.1.7** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12 - bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 16.3** - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.3.1** - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.3.2** - As peculiaridades do caso concreto;
- 16.3.3** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.3.4** - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.3.5** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.5** - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 16.6** - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 16.7** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.8** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.9** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.10** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.11** - As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

- 17.1** - A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a **CONTRATANTE** em situação de violação de tais regras.
- 17.2** - A **CONTRATADA** declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A **CONTRATADA** também se compromete a manter o

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



**CONTRATANTE** informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

**17.3 - A CONTRATADA** somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

**17.4 - A CONTRATADA** se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela **CONTRATANTE** sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a **CONTRATADA** de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

**17.5 - Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA** relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a **CONTRATADA** submeterá esse pedido à apreciação da **CONTRATANTE**, não podendo, sem instruções prévias da **CONTRATANTE**, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a **CONTRATADA** informará imediatamente à **CONTRATANTE** sobre tal pedido e suas decorrências.

**17.6 - A CONTRATADA** prestará assistência à **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da **CONTRATADA** para que a **CONTRATANTE** cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

**17.7 - Quando solicitada, a CONTRATADA** fornecerá à **CONTRATANTE**, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da **CONTRATADA** previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

**17.8 - A CONTRATADA** prestará assistência à **CONTRATANTE** no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da **CONTRATADA** e/ou nos casos em que for necessária a assistência da **CONTRATADA** para que a **CONTRATANTE** cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

**17.9 - A CONTRATADA** fica obrigada a comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**17.10 - A CONTRATADA** indenizará a **CONTRATANTE**, em razão do não cumprimento por parte da **CONTRATADA** das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações Red. SES/NUCOM



das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da **CONTRATANTE** a esse título

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**18.1** - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis.

**18.2** - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

**18.4** - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

**18.5** - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

**19.1** - Este instrumento está vinculado ao **Edital de Cotação Eletrônica nº 242/2024**, constante no processo **SES 25579/2024**, do qual é parte integrante, bem como seus anexos e a proposta do fornecedor.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

**20.1** - Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privados

**20.1.1** - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA CONTRATAÇÃO**

**21.1** - A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA CGE/SEA nº 01/2020**

**22.1** - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores;

**22.1.1** - Declaram que tem conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis.

**22.1.2** - Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados.

**22.1.3** - Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato.

**22.1.4** - Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 001/2020, além de outras, é causa para rescisão Red. SES/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

**23.1** - Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

**23.1.1** - A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III - foto da fachada da sede da empresa; e

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

**24.1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

**E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.**

\_\_\_\_\_  
Contrante

\_\_\_\_\_  
Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Red. SES/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130  
Telefones: (48) 36648739 / 36648911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **R840V1BV**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**FELIPE SUCUPIRA SOARES** (CPF: 003.XXX.729-XX) em 25/03/2024 às 14:48:48

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:53:20 e válido até 13/07/2118 - 13:53:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMjU1NzlfMjYzMDVfMjAyNF9SODQwVjFCVg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00025579/2024** e o código **R840V1BV** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.